

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.597.687 - PE (2016/0099907-6)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT**  
**RECORRIDO : J L DO NASCIMENTO GESSO ME**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, com amparo na alínea "a" da CF/1988, contra acórdão do TRF da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 139):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO. ARTIGO 2º-A INCISOS IV E V, DA LEI Nº 9.873/99. INAPLICABILIDADE AO CASO CONCRETO. IMPROVIMENTO DO RECURSO:

1. O art. 1º, da Lei nº 9.873/99, dispõe que: "Prescreve em cinco anos a ação punitiva da. Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.".

2. Nos termos do art. 2º-A, da Lei nº 9.873/99, a prescrição será interrompida "por qualquer ato inequívoco que importe em manifestação expressa de tentativa de solução conciliatória no âmbito interno da administração pública federal.".

3. A tese da interrupção do prazo prescricional, mercê do advento da Resolução nº 4008, de 01/02/13, que instaurou um procedimento de negociação da dívida em relação aos interessados, com processos de multas em trâmite perante a ANTT, não encontra amparo na exata dicção do art. 2º-A, incisos IV e V, da Lei nº 9.873/99.

4. necessário que a solução conciliatória ou o reconhecimento do débito seja oriundo do próprio administrado, sob pena de deixar ao bel prazer da Administração o decurso do prazo que lhe é prejudicial, *in casu*, o administrado não iniciou qualquer tentativa de acordo com a ANTT que pudesse configurar como uma manifestação expressa de tentativa de solução conciliatória e nem praticou ato que evidenciasse o reconhecimento do débito, para justificar a interrupção do prazo da pretensão executória.

5. Agravo de instrumento desprovido.

Os embargos de declaração opostos na sequência foram rejeitados.

A recorrente alega ofensa aos arts. 535 do CPC/1973; 2º-A, V, da Lei n. 9.873/1999; e 2º, § 3º, da Lei n. 6.830/1980.

Afirma que, com a publicação da Resolução n. 4.008, fora estabelecido prazo para que os devedores manifestassem interesse de conciliação dos

# Superior Tribunal de Justiça

débitos não inscritos em dívida ativa, configurando, assim, fato interruptivo da pretensão executória, nos termos do art. 2º-A, V, da Lei n. 9.873/1999.

Sustenta que, "a partir da data da constituição do crédito, começou a correr o prazo de cinco anos para a propositura da ação de cobrança judicial, tendo a Resolução ANTT n. 4.008, de 23 de janeiro de 2013, interrompido o cômputo do prazo da pretensão executória, nos termos do art. 2º-A, IV, da Lei n. 9.873/99, de forma a contar novamente a partir da data da publicação da resolução o novo prazo para a incidência do lustro prescricional, o qual findaria em 23/1/2018" (e-STJ, fl. 171).

Contrarrazões não apresentadas.

Parecer do Ministério Público Federal (e-STJ, fls. 185-190) pelo improvimento do recurso especial.

É o relatório.

Registro, de logo, que não merece prosperar a tese de violação do art. 535 do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

Veja-se:

Com efeito, a Turma julgadora fundamentou o julgado no sentido de que, a tese da interrupção do prazo prescricional, mercê do advento da Resolução ANTT nº 4008, de 01/02/2013, não encontra amparo na exata dicção do art. 2º-A, inciso IV, da Lei nº 9.873/1999, isso porque, em nenhum momento restou provado nos autos que o administrado, tenha iniciado qualquer tentativa de acordo com a ANTT que pudesse configurar como uma "*manifestação expressa de tentativa de solução conciliatória*", e assim, justificara interrupção do prazo da pretensão executória.

A pretensão de reformar esse entendimento, ao argumento de que não houve pronunciamento acerca da causa interruptiva do prazo, prescricional, qual seja, a Resolução ANTT nº 4.008/2013, não se insere em nenhuma das hipóteses de cabimento dos aclaratórios, devendo, pois, ser deduzido em recurso próprio a reexame do mérito.

Sendo assim, não há que se falar em omissão do aresto. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

No aspecto:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SUPOSTA CONTRARIEDADE AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. PRECATÓRIO. JUROS DE MORA. TERMO FINAL. MATÉRIA DECIDIDA COM ENFOQUE CONSTITUCIONAL. NÃO INTERPOSIÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 126/STJ. AGRAVO INTERNO DA ASSOCIAÇÃO DESPROVIDO.

# *Superior Tribunal de Justiça*

1. Em relação à suposta contrariedade ao art. 535 do CPC/1973, como já afirmado, inexistente a violação apontada. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade.

Observe-se, ademais, que o julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada. Frise-se, por oportuno, não ser exigido do Órgão Julgador rebater um a um os argumentos oferecidos pelas partes, desde que suficientemente fundamentada a decisão para a solução da controvérsia.

[...]

3. Agravo Interno da Associação desprovido.

(AgInt no REsp 1.569.664/CE, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 1/7/2019, DJe 2/8/2019)

Consoante a jurisprudência pacífica do STJ, é inviável, em recurso especial, a revisão de acórdão fundamentado em resolução, portaria ou instrução normativa. Isso porque, nos termos do art. 105, III, "a", da CF/1988, essas normas não se enquadram no conceito de lei federal.

No ponto:

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC. OMISSÕES E DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. LEGITIMIDADE PASSIVA DA ESTIPULANTE DA APÓLICE DO SEGURO SAÚDE E DA OPERADORA DO PLANO DE SAÚDE. JURISPRUDÊNCIA SEDIMENTADA. SÚMULA 83/STJ. ANÁLISE DE EVENTUAL OFENSA ÀS RESOLUÇÕES, PORTARIAS, INSTRUÇÕES NORMATIVAS OU REGULAMENTOS DE PESSOA JURÍDICA. IMPOSSIBILIDADE. ATOS QUE NÃO SE ENQUADRAM NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. EXAME DE VIOLAÇÃO LITERAL A DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL EM DECORRÊNCIA DE OFENSA REFLEXA OU INDIRETA A NORMATIVOS INFRA LEGAIS. INVIABILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...]

4. O Recurso Especial não constitui via adequada para a análise, sequer reflexa, de eventual ofensa às resoluções, portarias ou instruções normativas, por não estarem tais atos normativos compreendidos na expressão "Lei Federal", constante da alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.728.134/SP, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/8/2019, DJe 2/9/2019)

Além disso, conforme parecer do Ministério Público Federal: "Para se rever o entendimento de que apesar da Resolução n. 4008, de 1º de fevereiro de 2013, em nenhum momento teria ficado comprovado nos autos o início de

tratativas com vistas a firmar-se um acordo, que implicaria na interrupção da prescrição, seria necessário o reexame de fatos e provas, o que é obstado em sede de recurso especial por força do verbete de Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça" (e-STJ, fl. 188).

A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. 28,86%. PRESCRIÇÃO. PRETENSÃO EXECUTÓRIA. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Trata-se, na origem, de Embargos à Execução contra condenação ao pagamento das diferenças de 28,86% a favor das partes recorridas em que alega a parte recorrente a prescrição por não terem os credores promovido atos para a cobrança do crédito.

2. A sentença julgou a ação improcedente, o que foi mantido pelo Tribunal.

3. Constatado que não se configura a ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado. Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007.

4. O *decisum* atribui ao devedor a culpa pela demora na apresentação dos cálculos de liquidação, bem como ao sistema judiciário, atraindo a aplicação da Súmula 106/STJ. Assim, é inviável analisar a tese defendida no Recurso Especial acerca das datas em que foram apresentados os documentos para liquidação do julgado e dos fatos que justificariam a interrupção do lapso prescricional, pois inarredável a revisão do conjunto probatório dos autos para afastar as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido. Aplica-se, portanto, o óbice da Súmula 7/STJ. A propósito: REsp 1.642.606/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 7/3/2017.

[...]

6. Apreciando Embargos de Declaração no mencionado recurso, a Primeira Seção decidiu, na sessão de julgamento de 13.6.2018, modular os efeitos da decisão utilizando como marco temporal de aplicação da resolução da controvérsia o dia 30.6.2017, data da publicação do acórdão, com fundamento no § 3º do art. 927 do CPC/2015, de forma que, para as decisões transitadas em julgado até 30/6/2017 que estejam dependendo do fornecimento pelo executado de documentos e fichas financeiras (tenha tal providência sido deferida, ou não, pelo juiz ou esteja, ou não, completa a documentação), o prazo prescricional para a propositura da execução conta-se a partir de 1º/7/2017.

7. Desse modo, no caso concreto, não está prescrita a pretensão executória, haja vista o entendimento firmado pelo STJ, as alegações da União de que o trânsito em julgado ocorreu em 1999 e de que a Execução foi ajuizada em

# *Superior Tribunal de Justiça*

2013 e, por fim, a premissa fática fixada na origem no sentido de ter ocorrido a demora no fornecimento dos elementos para liquidação do título judicial. Nesse sentido: REsp 1.734.311/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 21/6/2018, DJe 27/6/2018; REsp 1.336.026/PE, Rel. Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 30/6/2017.

8. Recurso Especial não provido.

(REsp 1.775.870/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 21/11/2018)

Ademais, conforme recente posicionamento do STJ sobre o tema, embora a Resolução n. 4.088/2014 tenha estabelecido previsão normativa conferindo prazo para apresentação de documentos com fins conciliatórios perante a ANTT, há de se observar que a interrupção do prazo prescricional somente ocorre se a iniciativa, por essa solução conciliatória, for do devedor.

Dessa forma, tem-se que a edição de ato administrativo convocando eventuais interessados para solução conciliatória não tem a capacidade de interromper o prazo prescricional nos termos da Lei n. 9.873/1999.

Nesse sentido, as seguintes decisões monocráticas: AREsp 1.414.861/SP, Rel. Min. Francisco Falcão, DJe 7/3/2019; REsp 1.652.096/RS, Rel. Min. Gurgel de Faria, DJe 2/10/2018.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, I e II, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator